

*O embaixador da Europa*

Nuno Valério (org.), Ruy Teixeira Guerra. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, 190 pp.

*Ruy Teixeira Guerra* é o primeiro número da colecção «Diplomatas Portugueses», uma iniciativa conjunta da Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático, Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais e do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que assim se propõem divulgar a actividade de diplomatas portugueses cuja acção se considera ter sido particularmente relevante para a política externa portuguesa. Numa altura em que o nosso país enfrenta o desafio da nova moeda europeia, esta é, sem dúvida, uma forma excelente de dar início à colecção, tendo em conta o papel desempenhado pelo embaixador Rui Teixeira Guerra no envolvimento de Portugal no processo de construção/integração europeia.

**No arranque da construção europeia**

O estudo em causa inclui uma introdução de Nuno Valério (a quem coube a organização do volume) sobre a vida e obra do embaixador, seguida de uma antologia situada cronologicamente entre 1950 e 1980. Na introdução é feita uma abordagem do percurso consular de Teixeira Guerra, resumindo-se o essencial dos relatórios elaborados entre 1943 e 1947 sobre os países onde o embaixador esteve colocado. Salienta-se, a propósito, o facto de, ao longo da sua carreira consular, Rui Teixeira Guerra ter sido destacado para os principais países da Europa Ocidental e da América do Norte, circunstância que terá sido decisiva para o trabalho que veio a desenvolver «no contexto da cooperação e da integração europeias, enquadradas pela relação privilegiada da Europa Ocidental com a América do Norte e em particular com os Estados Unidos da América» (pp. XIII-XIV). Em 1947 Teixeira Guerra foi promovido a cônsul de primeira classe e nomeado primeiro secretário da Legação de Portugal em Paris, cargo com que se iniciou nas funções diplomáticas ainda que formalmente permanecesse na carreira consular. É justamente com essa nomeação que

se inicia o seu protagonismo em matéria de cooperação económica europeia decorrente, em larga medida, da presença na Conferência Económica Europeia, na qualidade de delegado de Portugal. Reunida em Paris entre Julho e Setembro de 1947, a Conferência surgia no seguimento do discurso proferido pelo secretário de Estado norte-americano, George Marshall, em Junho de 1947, e da sua realização resultou a criação, em 1948, da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) com o objectivo inicial de gerir os fundos do Plano Marshall. Rui Teixeira Guerra foi, então, nomeado representante permanente de Portugal junto da OECE, permanecendo no cargo até ao início de 1956.

Graças à acção pessoal de Teixeira Guerra na nova organização internacional, Portugal pode participar no «segundo exercício» do Plano Marshall, apesar de inicialmente o Governo português ter declarado oficialmente a não aceitação da ajuda norte-americana. No volume aqui em causa, transcrevem-se dois relatórios enviados ao MNE em Junho de 1948 e de 1949 sobre as origens e aplicação do Plano, nos quais Teixeira Guerra realçava a importância do momento (pp. 25-68). Assim se compreendem as suas iniciativas relativamente à posição portuguesa «aparentemente tomadas à margem de indicações do Ministério dos Negócios Estrangeiros» (p. XVIII).

No que dizia respeito aos Estados Unidos, Teixeira Guerra não via, pois, como potencialmente nefasta a acção norte-americana na Europa, uma posição que voltou a deixar clara em 1950 por ocasião do relatório apresentado a concurso para conselheiros de legação e cônsules-gerais, intitulado «Algumas notas sobre as relações entre os Estados Unidos e a Europa» (pp. 3-68). A primeira parte dessa monografia (que inclui os relatórios anteriormente referidos de 1948 e 1949) apresenta uma interessante retrospectiva histórica sobre a Europa – com destaque especial para as duas guerras mundiais –, própria de alguém particularmente atento à evolução dos acontecimentos e que, por exemplo, afirmava: «No momento presente, a debilidade evidente da Europa Ocidental obriga a reconhecer que só os recursos dos Estados Unidos podem criar as condições para conter em respeito o poder destruidor da Rússia e dos seus agentes e

para tornar possível a reorganização de “um centro de força”, geográfica e espiritualmente europeu» (p. 14).

Em Maio de 1951 é nomeado representante de Portugal junto da Repartição Económica e Financeira da NATO e no final desse mesmo ano entra formalmente para a carreira diplomática ao ser promovido a ministro plenipotenciário de segunda classe. Alguns anos depois, em 1956, é promovido a ministro plenipotenciário de primeira classe e colocado em Lisboa como director-geral dos Negócios Económicos e Consulares do MNE, sendo substituído por José Calvet de Magalhães na representação permanente junto da OECE.

### **As reuniões decisivas**

É nessa nova qualidade que Teixeira Guerra virá a estar presente em várias reuniões decisivas, com destaque para as negociações da EFTA e do GATT (pp. XX-XXIII). Quanto às primeiras (não cabendo aqui discorrer sobre as respectivas negociações), não pode deixar de ser recordado o seu contributo pessoal para a adesão de Portugal enquanto membro fundador. Essa acção decorreu, largamente, da sua noção de se tratar de uma ocasião única para impulsionar o desenvolvimento do país sem pôr em causa as directrizes políticas do regime autoritário.

Em 1959, quando o processo negocial da EFTA não havia ainda sido finalizado, Teixeira Guerra profere uma conferência no Curso dos Altos Comandos do Instituto Militar sobre cooperação económica europeia (pp. 69-93), qualificando a criação do Mercado Comum como «[...] um dos mais importantes acontecimentos do nosso tempo [...]» (p. 90) e chamando a atenção para o significado do que estava em causa: «[...] quer dêem quer não dêem resultado os esforços que estamos fazendo [...] haverá acima de tudo que não perder de vista a necessidade, tão imperiosa que é condição de sobrevivência, de mobilizarmos todas as nossas energias para apressarmos o ritmo e melhorarmos a eficiência das nossas actividades económicas» (p. 92). No mesmo ano, mas já depois de concluídas as negociações, elabora uma circular destinada aos chefes das Missões Diplomáticas de Portugal (pp. 94-101) expondo os vários passos do

processo e os principais objectivos da adesão de Portugal à EFTA, referindo-se em particular às condições especiais alcançadas com o Anexo G.

Em Junho de 1960 passa a embaixador, sendo colocado na Embaixada da Suíça, cargo que acumula com as funções de representante permanente de Portugal junto da EFTA. Chefiou depois as negociações que conduziram à adesão de Portugal ao GATT, em Abril de 1962, qualificadas por Nuno Valério como difíceis e delicadas por implicarem uma aceitação implícita por uma maioria de dois terços dos membros (pp. XXIII-XXIV).

No seguimento dessa acção, Rui Teixeira Guerra foi nomeado representante permanente de Portugal junto do GATT em Maio de 1962, participando nos anos seguintes em diversas negociações comerciais e económicas no âmbito da EFTA e do GATT (p. XXIV).

No segundo semestre de 1966 exerceu ainda a Presidência do Conselho Permanente da EFTA e em Janeiro do ano seguinte deixou, a seu pedido, as representações junto da EFTA e do GATT (p. XXIV). Em Julho de 1967 cessa igualmente as funções de embaixador na Suíça e é colocado na disponibilidade por conveniência de serviço. Afirma, a propósito, Nuno Valério: «Parecia, deste modo, terminada a sua carreira consular e diplomática» (p. XXIV).

### **O acordo comercial de 1972**

Tal não veio, porém, a acontecer, já que em Março de 1970 foi nomeado presidente da Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia, constituída no seguimento do pedido de adesão à CEE formulado pela Grã-Bretanha em 1969, uma nomeação que era, sem dúvida, o reconhecimento da experiência de Rui Teixeira Guerra em matéria de negociações europeias. O próprio aludiu à importância dessa experiência negocial na introdução ao relatório apresentado pela comissão em Setembro de 1970 (pp. 102-113). De resto, ao lermos esse texto, não podemos deixar de encontrar semelhanças com o tipo de discurso utilizado anos antes pelos negociadores portugueses durante o processo negocial que conduziu à adesão à Associação Europeia de Comércio Livre. Nas duas ocasiões ressalta a ideia de se estar perante um momento decisivo para o país e de que ficar de fora significaria passar ao lado

de uma oportunidade única. Teixeira Guerra afirmava, em 1970, que não tendo sido completamente aproveitadas as possibilidades oferecidas pelo Anexo G, era agora tempo de agarrar mais uma oportunidade, acrescentando: «Não é possível seguir rotineiramente por antigos caminhos quando a aceleração da história, a que não podemos conservar-nos alheios, está mudando a face do mundo que se encontra para lá das nossas fronteiras» (p. 111).

Na sequência lógica do envolvimento nessa Comissão, foi o principal responsável pelas negociações entre Portugal e a CEE que culminaram na assinatura do acordo comercial em Julho de 1972 (p.xxvi), às quais se referiu em artigo publicado no *L'Européen* transcrito também na obra aqui referida (pp. 114-119).

Apesar de ter então terminado formalmente uma brilhante carreira diplomática, conforme salientou Nuno Valério, Rui Teixeira Guerra não deu por concluída a sua actividade, continuando a intervir na sociedade portuguesa. É nesse sentido recordado o contributo prestado como conselheiro a Francisco Sá Carneiro no âmbito da negociação da adesão de Portugal à CEE (p. xxvii), bem como as conferências retrospectivas que em 1978 e 1980 proferiu sobre Portugal e a integração europeia (pp. 120-155). A acção diplomática de Rui Teixeira Guerra – em particular com o processo negocial da adesão à EFTA –, abriu as portas ao fim da longa tradição político-diplomática traçada décadas antes pelo embaixador Teixeira de Sampayo. Parece-nos, nesse aspecto, conveniente matizar a afirmação de Nuno Valério de que a integração de Portugal na CEE correspondeu ao culminar de um processo iniciado em 1948 (p. xxviii). Dito dessa forma, fica-se com a ideia – errada –, de que existiu uma visão estratégica e contínua por parte do regime português sobre a construção/integração europeia, quando o que aconteceu foram sucessivas adaptações – tomadas muitas vezes a contragosto – às circunstâncias.

Em jeito de conclusão diga-se que, no seu conjunto, a obra organizada por Nuno Valério constitui um importante contributo para a divulgação do percurso diplomático de Rui Teixeira Guerra, concedendo ainda aos leitores mais interessados o contacto com alguns dos seus principais textos. Depois desta estreia auspiciosa, aguardamos com expectativa a saída do segundo

número da colecção que será dedicado ao recentemente falecido embaixador António Leite de Faria, outro destacado vulto da diplomacia portuguesa na segunda metade do século xx.